

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/07/2012 a 31/07/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT

Índice

| | |
|---|----|
| A trajetória decadente do Itamaraty – O Globo. 01/07/2012..... | 4 |
| Mudança em marcha. Luiz Fernando do Amaral – O Globo. 02/07/2012 | 5 |
| Suspensão, Paraguai terá que aceitar acordos da Venezuela. Cesar Felício e Marta Watanabe – Valor Econômico. 02/07/2012 | 6 |
| E o amanhã? Regis Arslanian – O Globo. 03/07/2012..... | 8 |
| Resultados da Rio+20 virão nos próximos anos. Henrique Gomes Batista – O Globo. 04/07/2012..... | 9 |
| Dilma convida Peña a vir ao Brasil e acelerar acordo. Paulo Totti – Valor Econômico. 04/07/2012..... | 11 |
| Peña assume em dezembro, mas Brasil quer negociar já. Paulo Totti – Valor Econômico. 04/07/2012..... | 12 |
| Novos infortúnios econômicos e políticos atingem o Mercosul – Valor Econômico. 04/07/2012..... | 14 |
| Nome aos bois. Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo, Opinião. 05/07/2012 | 15 |
| Bem-vinda ao Mercosul, Venezuela. Pedro Silva Barros, Luiz Fernando Sá Pinto, Felipe Silva Ramos – Folha de São Paulo, Opinião. 05/07/2012..... | 16 |
| No Mercosul, fator político venceu jurídico, diz Mujica – Folha de São Paulo, Mundo. 05/07/2012..... | 17 |
| Será que o Mercosul bateu no teto? Humberto Saccomandi – Valor Econômico. 05/07/2012..... | 18 |
| Crise do Mercosul. Miriam Leitão – O Globo. 06/07/2012 | 20 |
| Mercosul e sustentabilidade. Lucas Tolentino – Site do MMA. 10/07/2012 | 22 |
| Venezuela no Mercosul gera disputa jurídica. Sergio Leo – Valor Econômico. 13/07/2012..... | 22 |
| O maior recuo do Mercosul. Danilon Astori – O Estado de São Paulo. 13/07/2012 | 24 |
| Rio+20 - e os resultados? Cardeal Dom Odilo P. Scherer – O Estado de São Paulo. 14/07/2012..... | 26 |
| Em Berlim, mudanças climáticas. Lucas Tolentino – Site do MMA. 17/07/2012 | 28 |
| Conferências Internacionais. José Goldemberg – O Estado de São Paulo. 16/07/2012..... | 29 |
| País vai contestar críticas da OMC sobre protecionismo – Valor Econômico; 16/07/2012..... | 30 |
| Para OMC, alta do protecionismo não é temporária. Assis Moreira – Valor Econômico. 17/07/2012..... | 31 |
| Brasil e Ucrânia estreitam laços comerciais. Vera Stumm – Site do MAPA. 19/07/2012..... | 32 |
| Descontente com lei agrícola, país pode retaliar EUA sobre algodão. Flávia Foreque – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012..... | 33 |
| Brasil está pronto para retaliar EUA em US\$ 829 milhões por algodão. Eliane Oliveira – O Globo. 21/07/2012 | 33 |

| | |
|--|----|
| Técnicos russos iniciam missão técnica pelo Brasil – Site do MAPA. 23/07/2012 | 34 |
| Ministros da Agricultura se reúnem no Chile para a XXIII Reunião Ordinária do CAS – Site do MAPA. 25/07/2012..... | 35 |
| Produção de alimentos domina reunião do CAS. Magali Barbiani – Site do MAPA. 25/07/2012..... | 35 |
| Ministro volta a defender políticas direcionadas para segurança alimentar. Carlos Mota – Site do MAPA. 26/07/2012..... | 36 |

A trajetória decadente do Itamaraty – O Globo. 01/07/2012

Sede do Império português, reino independente, república, o Brasil se notabiliza por se assentar há séculos num grande aparato estatal - até paga um preço por isso, na forma de uma burocracia impenetrável, de uma tentação sempre presente de o poder público exercer uma tutela sobre a sociedade. Construiu, porém, máquinas administrativas de grande tradição, donas de culturas próprias e de razoável profissionalismo. Entre elas está o Itamaraty, um dos únicos segmentos civis da burocracia a ter patrono, como as Forças Armadas, outro braço secular do Estado brasileiro.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, se confunde com as bases da moderna diplomacia brasileira, chefiada por ele entre 1902 e 1912, na República. Diplomata ainda no Império, Rio Branco marcou de tal forma o estilo da política externa brasileira que ela se converteu em marca do Itamaraty, independentemente do governo de turno.

Sem uso da força, Rio Branco - nome que manteve com o fim do Império - negociou e consolidou as fronteiras brasileiras, ao exercitar ao extremo a diplomacia, no sentido mais técnico da palavra. Moldou uma política externa serena e firme, sem interferir em assuntos internos de outros países, sem arroubos e com um entendimento claro dos interesses nacionais.

Pois esta herança tem sido dilapidada nos últimos nove anos, sendo a crise com o Paraguai - em que o governo Dilma foi conduzido a partir de interesses externos - um cristalino e preocupante exemplo. Se o Itamaraty costumava trabalhar para afastar turbulências das fronteiras, deixou-se levar por interesses do nacional-populismo chavista e turbinou uma crise com um aliado estratégico - responsável por 15% do fornecimento da energia consumida no país, onde há uma comunidade de brasiguaios de 400 mil pessoas, parceiro comercial forte etc.

O Itamaraty perdeu a agenda própria. Infelizmente, a agenda da diplomacia brasileira passou a ser a do projeto político do grupo no poder. O Itamaraty tende a ser um ministério qualquer, com rala visão estratégica. Impensável repetir-se o reconhecimento do governo angolano da guerrilha do MPLA, apoiada pelos russos e sustentada por tropas cubanas, num lance de grande profissionalismo do Itamaraty, responsável, nesta decisão, por abrir as portas para grande influência brasileira na costa ocidental africana. Não importou que naquele 1975 o Brasil estivesse sob ditadura militar, sem relações diplomáticas com Havana e a uma fria distância de Moscou. O presidente-general Ernesto Geisel, radical anticomunista, ouviu as ponderações do ministro Antônio Azeredo da Silveira, Silveirinha, do embaixador Ítalo Zappa e ficou do lado certo, do ponto de vista do Estado brasileiro - não do governo.

No início dos anos 80, até por simpatias ideológicas, o governo, ainda militar, de João Baptista Figueiredo tenderia a se alinhar à Casa Rosada, na aventura do general

Leopoldo Galtieri na invasão das Malvinas. Mas o Itamaraty de Saraiva Guerreiro manejou a situação com habilidade. O Brasil ficou com a Argentina – como deveria ser, por motivos geopolíticos -, mas não rompeu com a Inglaterra, nem deixou de alertar os americanos para a inviolabilidade do território sul-americano.

Nove anos de subordinação do Itamaraty a um projeto político-partidário já tornam visíveis amplas fissuras nos alicerces de uma das mais refinadas expertises da secular burocracia pública do país.

Mudança em marcha. Luiz Fernando do Amaral – O Globo. 02/07/2012

Encerrada a Rio+20, apesar das críticas de alguns setores ao texto final, o documento trouxe avanços como a criação de um Conselho sobre Desenvolvimento Sustentável de Alto Nível e o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). As tão esperadas Metas do Desenvolvimento Sustentável também entraram no documento. Porém, apenas se iniciou uma longa negociação para definição de compromissos. Em suma, processos foram iniciados, mas o documento não impactará o "mundo real", pelo menos não no curto prazo.

Isso fez com que muitos apontassem para o fracasso da Rio+20, talvez porque miraram suas análises no lugar errado. O que fracassou, já há muito tempo, foi o sistema multilateral. A falta de resultados conclusivos na rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e no estabelecimento do regime climático pós- 2012 são exemplos disso. Acordos vinculantes e ambiciosos em escala global são, atualmente, quase impossíveis, em grande medida devido ao aumento da complexidade do jogo multilateral devido à emergência de diversos centros de poder. A ONU e outras organizações internacionais já não são clubes em que muitos participam mas poucos decidem. Com mais interesses conflitantes sobre a mesa, crescem as dificuldades de consenso.

Isso não significa que o multilateralismo já não serve para nada. Pelo contrário, conferências que envolvam temas de vanguarda como mudanças climáticas e sustentabilidade hoje são muito mais do que meras reuniões governamentais. Quem acompanhou a Rio+20 viu uma infinidade de eventos paralelos, discussões e exposições dos mais diversos segmentos da sociedade civil, do setor empresarial e de governos subnacionais, como prefeituras e estados. Esse fenômeno, que também não é recente, gera consequências importantes.

Ações e compromissos assumidos por esses novos atores tendem a ser mais ambiciosos do que os temas discutidos nos documentos multilaterais. Governos subnacionais são hoje centrais em negociações globais paralelas. Um exemplo é a C40, organização de prefeitos das maiores cidades do mundo, que anunciou compromissos importantes de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Atores privados também estão se movimentando. A quantidade de eventos e seminários no Rio, contando não apenas com a presença de técnicos mas com executivos de alto escalão, foi impressionante. O simples fato desse encontro estar na agenda de CEOs significa alguma coisa. De fato, segundo estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em apenas 6 anos, os investimentos globais em energia renovável passaram de 33 bilhões para 211 bilhões de dólares por ano, mesmo com a crise financeira. Hoje, investimentos novos já são maiores em renováveis do que em fósseis.

Nesse novo contexto, estados e prefeituras assinam memorandos e anunciam metas, empresas estruturam certificações internacionais e estabelecem parcerias, organizações da sociedade civil fazem cúpulas e anunciam convênios. Mais importante, interagem também entre eles. É nesse "caldeirão" que vemos os maiores avanços. Um novo multilateralismo se consolida: podemos chamá-lo de multilateralismo multiinstitucional.

Isso significa, então, que deveríamos acabar com as cúpulas e negociações multilaterais tradicionais? Elas são lentas, cansativas e caras, porém, absolutamente necessárias. Somente governos conseguem mobilizar os recursos e mídia para megaeventos como esse. Apenas a presença de mais de 100 chefes de estado e governo consegue elevar a agenda para um nível realmente global.

Tudo isso é o combustível que move esse novo multilateralismo multi-institucional. Para o processo continuar se aprofundando, enormes conferências globais são necessárias, incentivando, cada vez mais, a participação desses novos atores. Precisamos de combustível renovável também nas relações internacionais.

Suspensão, Paraguai terá que aceitar acordos da Venezuela. Cesar Felício e Marta Watanabe – Valor Econômico. 02/07/2012

A Venezuela ingressará este mês no Mercosul como membro pleno sem que o Paraguai, suspenso do bloco por nove meses, possa examinar qualquer dos acordos e tratados que o presidente Hugo Chávez estabelecer com os demais sócios do grupo: a brasileira Dilma Rousseff, a argentina Cristina Kirchner e o uruguaio José Mujica.

"Quando retornar à condição de membro pleno, o Paraguai terá que aderir a tudo que for pactuado durante sua ausência", disse o ministro-chefe da Advocacia Geral da União, Luis Inácio Adams, convocado por Dilma durante a reunião de cúpula para opinar sobre o poder de deliberação do Mercosul durante a suspensão paraguaia. Adams viajou de Porto Alegre para Mendoza na manhã de sexta, dez horas depois da comitiva brasileira.

De acordo com o ministro, havia dúvidas sobre qual a sanção que o Paraguai deveria sofrer de modo a não se gerar uma situação em que as decisões do bloco ficassem pendentes de sua aprovação quando retornasse à situação de membro pleno. Em uma hipótese extrema, o país poderia até mesmo ser expulso temporariamente do bloco. Mas Adams afirmou que houve consenso de que a simples suspensão dos direitos de voto e

veto já destravava o bloco. "Alternativas mais radicais sequer foram examinadas", afirmou.

Os presidentes em Mendoza poderiam fixar a suspensão do Paraguai até abril - data das próximas eleições - ou agosto, quando o presidente Federico Franco transfere o poder para o sucessor eleito. A opção foi fazer uma resolução que deixasse em aberto o prazo de suspensão do país. "O importante é que se conclua que o processo democrático foi retomado e a realização das eleições pode ser o sinal mais evidente disso, como a Unasul, que irá acompanhar a evolução política, poderá averiguar ", disse Adams.

A Unasul, composta por todos os países da América do Sul, é um organismo de natureza essencialmente política, que entrou em funcionamento pleno apenas no ano passado. O monitoramento da situação no Paraguai seria a primeira missão crucial da entidade.

O Paraguai foi suspenso por Dilma, Cristina e Mujica porque o Senado do país destituiu no dia 22 o presidente Fernando Lugo, em um processo de impeachment que durou 36 horas. A falta de ratificação legislativa do país era o último obstáculo que existia para a Venezuela aderir ao Mercosul. A animosidade tanto do Congresso quanto do novo governo paraguaio com a Venezuela é grande.

Esta semana, a Câmara dos Deputados do Paraguai deverá declarar o chanceler venezuelano Nicolás Maduro "persona non grata" no país. Maduro está sendo acusado de ter tentado entrar em contato com as Forças Armadas do Paraguai quando esteve no país, junto com os demais chanceleres do continente, para tentar impedir o impeachment de Fernando Lugo.

O ingresso venezuelano, em tese, agrega ao bloco um mercado comprador potencialmente relevante, mas o Mercosul hoje é pouco importante para a Venezuela. Segundo dados do Banco Central do país, em 2011 a Venezuela gastou US\$ 50,7 bilhões em importações de bens, o equivalente a duas vezes o PIB do Paraguai. Os Estados Unidos responderam por US\$ 12,3 bilhões em compras e os países do Mercosul, somados, por US\$ 6,7 bilhões, sendo US\$ 4,6 bilhões do Brasil.

Apenas com Uruguai e o Paraguai a Venezuela possui uma relação superavitária, graças à venda de óleo. No caso do Paraguai, as exportações venezuelanas são de US\$ 360 milhões e as compras de US\$ 100 milhões. No caso uruguaio, as vendas da Venezuela são de US\$ 460 milhões e as importações de US\$ 140 milhões. O fluxo de comércio da Venezuela para a Argentina é praticamente nulo. O país presidido por Cristina Kirchner adquiriu apenas US\$ 20 milhões em 2011 de bens e serviços da Venezuela, que importou US\$ 1,8 bilhão de origem argentina.

Este ano, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as exportações brasileiras para a Venezuela estão crescendo 40% em relação ao ano passado. De janeiro a maio, o Brasil vendeu ao país vizinho US\$ 1,9 bilhão, ante US\$ 1,4 bilhão no mesmo período em 2011. A exportação de bovinos vivos foi o principal item, com 9,4% do comércio, seguido de carne bovina, com 9,1%; aparelhos

para destilaria de álcool, com 6,5%; e carne de frango, com 5,1%. As importações da Venezuela, que foram de US\$ 1,3 bilhão em 2011, devem manter o ritmo este ano. Atingiram US\$ 500 milhões nos primeiros cinco meses, sendo 52% nafta para petroquímica.

Para José Francisco Marcondes, presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Venezuela-Brasil, a inclusão da Venezuela era algo almejado nos últimos anos. Ele acredita que a corrente de comércio bilateral deve dobrar nos próximos três a quatro anos. Marcondes espera que esse crescimento aconteça principalmente nas importações brasileiras, de forma a equilibrar uma relação comercial hoje francamente superavitária para o Brasil. De início, acredita ele, a importação maior pode acontecer no próprio petróleo, além dos produtos petroquímicos. Ele considera possível, porém, uma diversificação da pauta dentro da expectativa de que o setor manufatureiro da Venezuela evolua mais nos próximos anos.

Quando Chávez assumiu, em 1999, a Venezuela comprava do mundo apenas US\$ 15,4 bilhões. Nesses treze anos, entretanto, a evolução esteve longe de ser linear. Em 2003, por exemplo, as importações não passaram de US\$ 11,2 bilhões e em 2008 chegaram a US\$ 55,4 bilhões. Na comparação com 2010, as importações aumentaram 20%.

O país de Hugo Chávez exportou US\$ 92,6 bilhões no ano passado (mais do que a Argentina), mas com uma pauta praticamente restrita a petróleo e seus derivados. De tudo que a Venezuela vendeu, US\$ 88 bilhões foram óleo e gás explorados pela estatal PDVSA. Os Estados Unidos, país com o qual Chávez mantém uma agressividade retórica permanente, pagaram US\$ 42,2 bilhões por petróleo venezuelano. Excluído o setor petrolífero, a Venezuela terá o mercado exportador menos dinâmico do Mercosul.

O governo é um expressivo comprador na Venezuela. No ano passado, as importações do setor público foram 35,5% do total. As importações de bens de consumo quase equivalem às de bens de capital. Em 2011, o país gastou US\$ 10 bilhões no primeiro item e US\$ 11 bilhões em compras que representaram investimento. O restante corresponde a importações de bens intermediários.

E o amanhã? Regis Arslanian – O Globo. 03/07/2012

O Mercosul é um empreendimento de longo prazo. Não é da noite para o dia que se pode acomodar assimetrias e convergir culturas e normas entre nações. O desafio é garantir que as decisões que sejam tomadas hoje sempre sirvam para agregar, assegurando o aprofundamento da integração e sua consolidação.

Temos que zelar - e aqui cabe ao Brasil a maior responsabilidade - para que as ações que sustentemos dentro do Bloco não venham, de futuro, a ir contra os rumos da integração ou, pior ainda, se voltem contra os próprios interesses brasileiros.

Na Cúpula de Mendoza, foram tomadas decisões relevantes, que terão impacto institucional sobre o futuro do Mercosul, entre elas, a suspensão temporária do Paraguai e a incorporação da Venezuela como membro pleno. Sem entrar no mérito da ruptura ou não da ordem democrática do país vizinho, o afastamento de um membro pleno dos órgãos do Mercosul e de suas deliberações nos leva a indagar como ficarão as decisões tomadas quando o Paraguai - esperemos - retome seus direitos e obrigações no Bloco.

As decisões do Mercosul compõem sua normativa, que é mandatória para os membros plenos. Como foram tomadas na sua ausência e à sua revelia, o Paraguai poderá resignar-se a endossar todas as decisões da última Cúpula e aquelas a serem tomadas enquanto perdurar sua suspensão, e conviver com elas para sempre, ainda que contrárias a seus interesses. Ou, o que é mais provável, buscará questioná-las juridicamente e, se possível, invalidá-las, entorpecendo os trabalhos de construção da integração. Não nos esqueçamos que as decisões no Mercosul são tomadas por consenso, e que, ao ser readmitido no Bloco, o Paraguai recuperará seu poder de veto.

Do ponto de vista interno do país vizinho, não é de prever que a próxima campanha eleitoral venha a privilegiar o Mercosul. Ao contrário, os últimos desdobramentos que levaram à sua suspensão serão utilizados para vilipendiar o Mercosul e seus objetivos de integração, postura que o próximo Governo eleito e sua delegação à mesa de negociação dificilmente conseguirão reverter.

Levaremos anos para apaziguar o inconformismo paraguaio dentro do Mercosul. Enquanto isso, será difícil transmitir segurança jurídica e credibilidade junto à classe empresarial regional e externa, assim como frente a outros blocos e países com os quais, inclusive, buscamos estabelecer acordos comerciais.

Teremos, a partir de agora, que saber administrar esta crise no Mercosul. O calor das recentes circunstâncias políticas do Paraguai levou-nos a tomar atitudes inusitadas, que, sem dúvida, requererão habilidade para assegurar que a desejada reincorporação do Paraguai possa ser efetuada da maneira menos traumática possível.

Não devemos perder de vista, no nosso projeto de integração, que decisões como a de Mendoza poderão, amanhã, também recair, ainda que amparadas na interpretação do Protocolo de Ushuaia, sobre qualquer outro país membro, como, por exemplo, a Argentina, agora a Venezuela, ou, mesmo, o Brasil. De nossa parte, concordaríamos, por acaso, com decisões tomadas no Mercosul sem nossa participação e anuência?

Resultados da Rio+20 virão nos próximos anos. Henrique Gomes Batista – O Globo. 04/07/2012

Seminário do GLOBO, feito com apoio da CNI, mostra que, apesar das críticas, há avanços rumo a uma economia verde

A Rio+20 não acabou com o fim da conferência, mês passado, no Rio. Seu legado ainda está em construção, como a definição de metas específicas para os países, que serão

conhecidas nos próximos três anos e meio. Esta foi a principal conclusão do seminário "O legado da Rio+20 para a economia verde", promovido ontem pelo jornal O GLOBO, com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Além dos desdobramentos da

parte oficial da Rio+20, os especialistas presentes no encontro acreditam que o evento serviu para dar uma nova dimensão ao desenvolvimento sustentável, um tema que saiu das rodas de ambientalistas para ser tratado por toda a sociedade.

- A conferência Rio+20 não se encerra em si, pelo contrário: ela abre um amplo caminho de trabalho – afirmou Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente.

A ministra salientou que a Rio+20 iniciou um processo que deve ser concluído até 2015: a definição dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, um novo tratado sobre o clima e nova regulamentação de proteção aos oceanos. Entre os principais pontos de progresso na Rio+20, ela cita a discussão para criar um novo indicador para substituir o Produto Interno Bruto (PIB), o fortalecimento do órgão da ONU para o meio ambiente (Pnuma) e o debate sobre consumo sustentável. Ela mencionou ainda a criação do Rio+, centro de excelência de debates que ficará no Rio para analisar o desenvolvimento sustentável, ligado à ONU.

Izabella também chegou a brincar com as críticas ao texto final que surgiu do encontro de chefes de Estado. Ela começou sua apresentação lendo manchetes negativas sobre a conferência. Quando a maior parte dos presentes no Teatro Tom Jobim, no Jardim Botânico, acreditava que as notícias se relacionavam à Rio+20, a ministra mostrou que eram títulos das reportagens da Rio-92, no momento de seu encerramento, sugerindo que a crítica é pontual e que a análise correta do legado depende de um tempo histórico diferente.

Izabella também chegou a brincar com as críticas ao texto final que surgiu do encontro de chefes de Estado. Ela começou sua apresentação lendo manchetes negativas sobre a conferência. Quando a maior parte dos presentes no Teatro Tom Jobim, no Jardim Botânico, acreditava que as notícias se relacionavam à Rio+20, a ministra mostrou que eram títulos das reportagens da Rio-92, no momento de seu encerramento, sugerindo que a crítica é pontual e que a análise correta do legado depende de um tempo histórico diferente.

- Achei este seminário muito relevante, pois temos agora muito trabalho pela frente e não podemos nos perder dos debates que tivemos - disse a ministra, que destacou que a complexidade dos debates não se refere apenas à diferença entre os países, lembrando que mesmo no Brasil há realidades antagônicas.

Segundo ela, não há, por exemplo, uma recicladora sequer no Norte ou no Nordeste.

Sergio Besserman, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da prefeitura do Rio, afirmou que a avaliação sobre o legado da Rio+20 é complexa, pois envolve diversos aspectos, que vão além do documento oficial produzido pelos países. Ele cita como avanços o nível do debate técnico nos mais de três mil eventos paralelos que ocorreram durante a conferência, e a maior responsabilidade para a cidade do Rio, que terá de avançar em pontos fundamentais como a coleta seletiva do lixo e o tratamento do esgoto:

- Não podemos imaginar ter a Baía de Guanabara ainda poluída daqui a 20 anos.

O economista e ambientalista acredita, também, que um dos pontos positivos da Rio+20 foi a desmistificação de alguns temas:

- Não adianta achar que a energia eólica e a solar vão substituir o petróleo. Na geração de energia, teremos de discutir todas as formas, como hidrelétrica e nuclear. O legado da Rio+20 ainda será construído – afirmou Besserman.

Glauco Arbix, presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), lembrou que a Rio+20 terá como legado a realização bienal da feira ExpoBrasil Sustentável, no Rio, um fundo de R\$ 2 bilhões para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas, além de novos desafios para os cientistas, que deverão estar mais focados na economia verde. Ele também afirmou que o debate entre crescimento e sustentabilidade não está resolvido:

- É mais fácil escrever sobre os fundos bilionários para o desenvolvimento sustentável do que ter um diálogo franco com os países africanos que, com a exploração do petróleo, conseguiram arrancar milhões de pessoas da miséria - disse Arbix, lembrando que a região é a que mais cresce no mundo.

Branca Americano, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), lembrou que os debates da Rio+20 evidenciaram a responsabilidade de todos com a sustentabilidade, inclusive dos consumidores.

- A Rio+20 trouxe o debate para a vida das pessoas, basta olhar na plateia deste seminário para ver que não há apenas cientistas, cada vez mais o cidadão comum se interessa por isso. E a discussão agora não é mais infantil, como se países e tecnologias fossem divididas entre bom e mau, certo e errado. O mundo é complexo e o debate do desenvolvimento sustentável e da economia verde também - disse.

Já Monica Messenberg, diretora de relações institucionais da CNI, comemorou os diversos compromissos assumidos pela iniciativa privada durante a Rio+20:

- A Rio+20 tornou mais claro que sustentabilidade e competitividade andam juntas e que tecnologia e inovação são os principais direcionadores de transformações nesse sentido – disse.
-

Dilma convida Peña a vir ao Brasil e acelerar acordo. Paulo Totti – Valor Econômico. 04/07/2012

Não foi meramente protocolar o telefonema da presidente Dilma Rousseff a Enrique Peña Nieto para cumprimentá-lo pela virtual eleição à Presidência do México. Segundo uma fonte da direção do (PRI), Dilma foi além dos parabéns formais. Disse ter "pressa" no estreitamento das relações e convidou Peña a visitar o Brasil ainda antes da posse.

A visita, lembrou Dilma, serviria para acelerar as negociações em torno de um acordo estratégico de integração econômica entre os dois países. Diplomatas de ambos os lados concordam que o pragmático PRI não deverá se afastar dos Estados Unidos, destino de 80% das exportações mexicanas. Mas há a considerar que do restante das exportações mexicanas, 7% se destinam ao Brasil. A corrente de comércio bilateral é superior a US\$ 9 bilhões.

Peña assume em dezembro, mas Brasil quer negociar já. Paulo Totti – Valor Econômico. 04/07/2012

Foi além do frio protocolo diplomático o telefonema da presidente Dilma Rousseff a Enrique Peña Nieto para cumprimentá-lo pela virtual eleição à Presidência do México. Segundo uma fonte da direção nacional do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e provável integrante da equipe de transição do novo governo, Dilma, ao contrário do que fizeram outros presidentes, inclusive Barack Obama, dos Estados Unidos, foi além dos parabéns formais. Disse ter "pressa" no estreitamento das relações bilaterais e convidou Peña Nieto a visitar o Brasil ainda antes da posse, a 1º de dezembro.

A visita, lembrou Dilma, serviria para acelerar as negociações em torno de um acordo estratégico de integração econômica entre os dois países, bem mais avançado que os 44 tratados de livre-comércio (TLC) que o México tem pelo mundo. A ideia do acordo foi gestada durante visita a Brasília, em 2009, do atual presidente Felipe Calderón ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os países deveriam começar a colocá-la no papel em 2010, mas o México pediu um adiamento por causa das negociações que então mantinha com Peru e Colômbia em torno de TLCs. Depois surgiu a necessidade de revisão do acordo automotivo entre Brasil e México. Como os congressos dos três países já aprovaram o TLC, e o impasse sobre automóveis foi resolvido, este seria o momento, sugerido por Dilma, para o acordo estratégico ser efetivamente negociado. Agendado desde segunda-feira, o telefonema ocorreu ontem às 9h30 (11h30 em Brasília).

O informante não soube dizer quanto tempo durou a ligação, mas disse que Dilma e Peña chegaram a lembrar que Brasil e México representam, juntos, mais da metade do espaço territorial, população e produção da América Latina - somados, os PIBs chegam a dois terços. E que, por isso, não deveriam seguir tão distanciados.

Diplomatas de ambos os lados concordam que o pragmático PRI não deverá afastar-se dos Estados Unidos, destino de 80% das exportações mexicanas, facilitado pelo Nafta, o tratado de livre-comércio que inclui o Canadá. Mas há a considerar que nos 20% restantes das exportações mexicanas, 7% se destinam ao Brasil. A corrente de comércio bilateral é superior a US\$ 9 bilhões (em 2011, o Brasil exportou US\$ 3,959 bilhões e importou US\$ 5,130 bilhões) e o embaixador do Brasil, Marcos Raposo Lopes, que conhece Dilma, pois foi chefe do protocolo do Palácio do Planalto durante o governo Lula, diz-se convencido de que as perspectivas são de melhoras.

O embaixador não vê por parte do PRI qualquer indício de que as relações Brasil-México possam sofrer um retrocesso. A embaixada, aliás, aparenta tranquilidade quanto à alternância de poder no México, graças ao trânsito fácil com as três correntes mais

importantes da política local. O presidente Calderón costumava a usar o Brasil, como país de referência. "Sempre para colocar o México à frente: 'o México formou mais engenheiros, tem mais comércio que o Mercosul, mais competitividade...'", observou o repórter. "Mas Calderón aprovou a ideia de Lula para esse acordo que, concretizado, irá bem além de simples entendimento sobre tarifas alfandegárias", respondeu o embaixador.

Petrobras e Bolsa Família são exemplos de originalidades brasileiras que interessam ao populista PRI e ao esquerdista Partido da Revolução Democrática (PRD), apurou o **Valor**. O fato de a Petrobras ter quase metade de suas ações em bolsa desperta a atenção do PRI face às dificuldades que tem a estatal mexicana Pemex de financiar-se, pois suas receitas vão direto para os cofres do Estado. E o Bolsa Família viria a calhar para um governo do litigante Andrés Manuel López Obrador (PRD). São duas razões para simpatia mútua, acompanhada, é claro, de competição.

Na prática, Brasil e México têm sido amigáveis na recepção de investimentos de empresas situadas em um e outro país. Os investimentos diretos do México no Brasil são em torno de US\$ 20 bilhões - oitava posição no ranking. E os do Brasil no México atingem US\$ 1,2 bilhão, décima-oitava posição, que passará à oitava, à frente do Japão, quando a Braskem integralizar seu investimento de US\$ 4 bilhões já em curso numa planta de etileno no Estado de Vera Cruz.

O grupo mexicano Carso, do magnata Carlos Slim Helú, é o maior investidor no Brasil, com a propriedade das telefônicas Claro e Embratel e participação controladora na Net. Outras mexicanas notáveis são Amanco (tubos e conexões), Femsa (Coca-Cola), Bimbo (pães Pullman e Plus Vita), Mabe (eletrodomésticos), Elektra e banco Azteca (instaladas no Nordeste, a primeira vende eletrodomésticos e o segundo financia), Cinépolis (rede de cinema, com previsão de instalação de mais 50 salas e novo investimento de US\$ 100 milhões), Alsea (50 restaurantes de comida chinesa, com as marcas Chili's e P.F. Chang) e Mexichem (petroquímica).

Investimentos brasileiros no México, além da Braskem, são da Marcopolo, carrocerias de ônibus, Odebrecht, espalhada pelo país em obras de construção civil, Gerdau, siderúrgica, Embraco, que produz 10 mil compressores por dia e pretende chegar a 90 mil até 2013, Weg, motores elétricos, e Stefanini e Totvs, informática. O banco Itaú ainda não trabalha no varejo, mas já atua no México no setor de cartões de crédito.

A facilidade do acesso aos EUA é uma das razões do interesse brasileiro no México. Quanto ao Brasil, os mexicanos se sentem satisfeitos em conquistar o mercado interno.

Por via diplomática, como se sabe, Brasil e México superaram o maior momento de tensão nas suas relações comerciais no começo deste ano. Foi quando o Brasil se sentiu prejudicado pelo brutal avanço das exportações da indústria automotiva mexicana. O acordo existente desde 2003, ACE-55, de privilégios tarifários entre as duas partes vinha harmonizado até 2009, quando se percebeu que, em relação ao Brasil, as vendas mexicanas atingiram um crescimento de 1.300% e as brasileiras para o México, de 3%.

Resumidamente, são duas as principais razões do fenômeno: o crescimento do mercado interno brasileiro, acessível aos carros mais caros produzidos no México, e o fato de o México permitir o ingresso em seu território de carros usados dos EUA, até com menos

de um ano de fabricação, o que diminuiu o interesse mexicano por carros pequenos fabricados no Brasil. Negociações resultaram na fixação de cotas progressivas em valor para o intercâmbio: US\$ 1,45 bilhão até março de 2013; US\$ 1,56 bilhão até março de 2014, e US\$ 1,64 bilhão até março de 2015. Além disso, estabeleceu-se a exigência também progressiva de 30% a 40% de conteúdo regional (México, Brasil e Mercosul) nos carros exportados. Passados os três anos, continuará ou possivelmente aumentará a exigência de conteúdo regional, mas os tetos em dólares voltarão a ser livres como eram antes de o acordo ser renegociado.

No Brasil o acordo não teve repercussões políticas, mas no México, já em campanha eleitoral, o secretário da Economia, Bruno Ferrari, foi muito criticado por ter cedido diante do Brasil, e um jornal publicou uma charge em que aparece Dilma batendo um pênalti e Felipe Calderón deixando a bola passar por baixo das pernas.

Novos infortúnios econômicos e políticos atingem o Mercosul – Valor Econômico. 04/07/2012

Já abalado pelas constantes desavenças comerciais entre seus principais sócios, o Mercosul sofreu novo e duro golpe com a derrubada sumária do presidente Fernando Lugo, do Paraguai. Esse fato, que mostra a exasperante permanência de quadros institucionais democráticos frágeis no país vizinho, serviu de oportunidade para uma esperteza, a de permitir que a Venezuela se torne membro pleno do bloco. O Paraguai não aprovou até agora seu ingresso.

Lugo foi vítima de seus defeitos e das retrógradas instituições políticas paraguaias. O ex-bispo fez a façanha de encerrar em 2008, ainda que provisoriamente, o domínio do Partido Colorado, que teve seus anos de ouro durante os 35 anos da ditadura de Alfredo Stroessner. Mas seu ímpeto renovador foi perdendo força por não contar com uma base política que apoiasse as mudanças. Os colorados ganharam a maioria da Câmara dos Deputados e continuaram enquistados em boa parte do aparelho de Estado, uma herança de décadas de clientelismo político. Sem partido próprio, Lugo se apoiou em uma frente em que o peso maior era dos centristas do Partido Liberal, com peso no Parlamento, e uma miríade fluida de movimentos sociais e partidos de esquerda.

O presidente teve desde o início que governar com dois contrapesos - a direita no Congresso e os liberais na vice-presidência. O objetivo de ambos foi manter a estrutura agrária do país e sua enorme concentração de terras nas mãos de empresários, muitas delas ganhas de presente no reinado de Stroessner. Essa estrutura é responsável pelo atraso secular do país, um dos mais pobres da América Latina, e Lugo, um bispo que atuou entre os sem-terra, prometeu apressar a reforma agrária e os programas sociais para melhorar a distribuição de renda.

Tido como um dos seus pelos bolivarianos, Lugo foi um moderado indeciso. Ele não tentou, como Rafael Correa, no Equador, ou Hugo Chávez, na Venezuela, aproveitar a maré eleitoral favorável e convocar novo pleito para deslocar a seu favor o pêndulo político no Legislativo. Acuado politicamente e por problemas pessoais, ele não foi suficientemente enérgico na execução de suas promessas eleitorais. Ironicamente, o incidente usado como pretexto para retirá-lo do cargo - a morte de 11 sem-terra e 6 policiais em um conflito na fazenda de um rico latifundiário - foi emblemático. Sem ter

agido para desapropriar as terras em questão, foi visto como um dos incentivadores dos movimentos camponeses que, no passado, apoiou.

Lugo, ao contrário dos colorados e de tradicionais políticos paraguaios, não tinha ligação com os poderosos interesses do contrabando e do tráfico de drogas. Era um grande estorvo a essas forças dominantes no Paraguai, acostumadas a agir de forma silenciosa e eficiente. Como no golpe contra Lugo, quase perfeito. Os preceitos constitucionais foram seguidos e o desfecho demonstrou o declínio de Lugo, já uma figura decorativa. Na Câmara, 71 votaram pelo impeachment e um contra. No Senado, 39 a 4. Não há dúvida de que ele não teve chance de defesa, embora isso talvez mudasse pouco o desfecho de seu drama político.

Mercosul e União das Nações da América do Sul foram estridentes nas reações iniciais e terminaram por colocar o Paraguai no limbo até a próxima eleição presidencial, em abril. As acusações de que as elites paraguaias haviam usado as instituições democráticas com fins escusos, feitas por Argentina, Venezuela e Equador, poderiam ter sido feitas também contra qualquer um desses governos acusadores. O Brasil impediu sanções econômicas ao Paraguai, uma posição sensata, mas agiu a reboque da Argentina ao usar essa sinistra chance para trazer Chávez para o palco do Mercosul.

Por suas ações autoritárias e antimercado, Chávez e Cristina Kirchner fecham a possibilidade futura de qualquer acordo comercial relevante com a União Europeia ou os EUA. Não é à toa que agora se voltam para os duvidosos benefícios de um acordo com a China. A tendência não é apenas de um progressivo fechamento de fronteiras para o comércio internacional, como já vem ocorrendo. O próprio comércio intrabloco mostra grandes recuos por causa das atitudes atrabiliárias de Cristina Kirchner, que afetam o Brasil e, igualmente ou mais, a Argentina. A adesão de um novo membro geralmente é um sinal de força de um bloco econômico. No caso do Mercosul, pode ser um ponto de inflexão em direção à irrelevância.

Nome aos bois. Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo, Opinião. 05/07/2012

Ninguém crê na permanência do chanceler Antonio Patriota até o fim do governo. É injusto, porém, culpar o Itamaraty pela crise do Mercosul com a saída temporária do Paraguai e a entrada permanente da Venezuela.

A primeira reação de Dilma à queda de Lugo -que, apesar de armada durante meses, pegou todo o mundo (literalmente) de surpresa- foi considerá-la, intramuros, como um golpe.

O Itamaraty argumentou que a deposição foi votada pela Câmara, pelo Senado e posteriormente pela Justiça, abençoada pela igreja e acatada pelos brasiguaios. Aliás, pelo próprio Lugo. Por isso, a nota brasileira condena a "ruptura", não o "golpe".

Depois, Dilma entrou na fila aberta por Venezuela e enfim liderada pela Argentina, e chegou a pensar em punições drásticas ao Paraguai, como revisão do financiamento do BNDES ao gasoduto até Assunção.

O Itamaraty sugeriu que a reação fosse política, sem atingir a população e sem tumultuar ainda mais a política interna, pois a possibilidade da volta de Lugo era próxima de zero.

Por fim, Dilma e Cristina Kirchner viram a chance de fazer o que está para ser feito há anos: jogar a Venezuela no Mercosul, ampliando o poder econômico do bloco e amarrando Chávez às normas da região.

Mais uma vez, o Itamaraty alertou que o momento poderia não ser adequado, pela tensão, e que havia questões jurídicas complicadas: o Paraguai estava só suspenso, não expulso, e a adesão venezuelana precisava ser por unanimidade.

A posição pró-adesão foi definida a três: Dilma, Kirchner e o uruguaio José Mujica, sem a presença de diplomatas e assessores. Decisão de cúpula, até porque política externa é decidida pelos presidentes e apenas operada pela diplomacia.

Durona como ela só, Dilma não gosta do estilo melífluo de diplomatas. Mas presidentes têm de ouvi-los e, aliás, precisam ser diplomáticos. Aliás, externa e internamente.

Bem-vinda ao Mercosul, Venezuela. Pedro Silva Barros, Luiz Fernando Sá Pinto, Felipe Silva Ramos – Folha de São Paulo, Opinião. 05/07/2012

No bloco, a Venezuela rompe a díade entre Brasil e Argentina. Chile, Bolívia, Paraguai e Peru juntos não têm seu PIB. Ela é uma grande parceira comercial

O caso do golpe ocorrido no último dia 22 no Paraguai, que destituiu o presidente Fernando Lugo, gerou uma resposta uníssona dos chefes de Estado do Mercosul em condenação à ruptura da ordem democrática no país vizinho -posição amparada pelo Protocolo de Ushuaia II, que prevê a cláusula democrática para permanência no bloco.

A suspensão do Paraguai do bloco permitiu a adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, que vinha sendo postergada pela maioria oposicionista do Congresso paraguaio há três anos. O ingresso da Venezuela é um grande avanço para a integração sul-americana.

A decisão dos presidentes tem impacto político forte, uma vez que serve para pressionar o governo de facto do Paraguai sem recorrer a sanções econômicas que acabam por penalizar a população. Simultaneamente, resolve-se o impasse da adesão de um novo membro.

A nova adesão amplia geopoliticamente o Mercosul em direção ao norte da América do Sul, superando a fase "Cone Sul" do bloco.

Com a entrada da Venezuela, os Estados amazônicos passam, de fato, a ser parte do Mercosul. É um novo fôlego é vislumbrado.

A importância econômica da Venezuela pode equilibrar a díade entre Brasil e Argentina no bloco. Com o 24º PIB do mundo, de US\$ 389 bilhões, segundo o relatório de 2010 do Banco Mundial, a economia da Venezuela é maior do que as do Chile (43º), do Peru

(50°), da Bolívia (101°) e do Paraguai (103°) juntos. Nessa lista, o Brasil aparece em 7°. A Argentina, em 27°.

A Venezuela apresenta ainda as maiores reservas certificadas de petróleo do mundo, com a faixa do Orinoco, que permitirá nos próximos anos um desenvolvimento acelerado. O Brasil e os demais membros do Mercosul podem cooperar.

Para o Brasil especificamente, a entrada da Venezuela potencializa o processo de aprofundamento das relações econômicas: em 2003, o comércio entre os dois países era de US\$ 880 milhões, ampliando-se para US\$ 5,9 bilhões em 2011 -uma ampliação de cerca de sete vezes.

Nos cinco primeiros meses deste ano, as exportações do Brasil para a Venezuela cresceram 40,6% em relação ao mesmo período do ano passado. A Venezuela é hoje o terceiro superávit comercial do Brasil, oscilando entre os três maiores sócios comerciais do país desde 2007.

Para além das vantagens e oportunidades econômicas, a presença da Venezuela no bloco apresenta claro sentido estratégico.

A integração do Brasil com os países vizinhos segue ritmo menor do que a entrada massiva da China e outras potências extrarregionais no continente. Essa nova presença ameaça diminuir o comércio intraregional de produtos com mais valor agregado. Para uma política de competição com a China, é preciso ampliar a integração do Mercosul.

A entrada da Venezuela pode abrir caminho a alguns países andinos, amazônicos e caribenhos para ingressar no bloco. O Mercosul pode, então, caminhar para um salto qualitativo em duas dimensões:

- 1) Ampliação do número de membros, para além da Venezuela;
- 2) E o impulso à reforma da agenda do bloco em direção à superação definitiva da fase comercialista para a integração produtiva.

Conforme recordava Celso Furtado, a crise pode acelerar a história.

No Mercosul, fator político venceu jurídico, diz Mujica – Folha de São Paulo, Mundo. 05/07/2012

Presidente do Uruguai se referiu assim à decisão de incluir Venezuela no bloco

Mandatário disse que iniciativa da reunião que decidiu ingresso foi de Dilma, mas todos estavam de acordo

O presidente do Uruguai, José Mujica, diz que a entrada Venezuela no Mercosul, à revelia do suspenso Paraguai, foi tomada em consenso pelos sócios numa reunião em que o fator "político superou longamente o jurídico".

Mujica matizou, assim, declarações de seu chanceler, Luis Almagro, que afirmou que o Uruguai se opôs à adesão imediata do país de Hugo Chávez ao bloco e que só cedeu por pressão do Brasil.

"Apesar de ser correta [a informação] de que quem pediu a reunião [privada de presidentes] foi Dilma, estivemos de acordo os três", disse ao uruguaio "La República".

Ao contrário de seu chanceler, Mujica não disse que a adesão é passível de questionamento legal porque se deu sem o Senado do Paraguai -suspensão do Mercosul após o impeachment-relâmpago de Fernando Lugo no dia 22.

"O Senado que há cinco anos vem zombando de nós, negando a entrada da Venezuela com argumentos imorais, agora tira o presidente. Por isso decidimos não mais validar essa manipulação."

O Brasil diz que a adesão do país caribenho é "irreversível" e que não há possibilidade de contestação jurídica.

Mujica não citou as declarações de seu vice-presidente, Danilo Astori, que chamou de "ferida" institucional a adesão. Ex-ministro da Economia e ex-pré-candidato à Presidência, o moderado Astori é um rival de Mujica na governista Frente Ampla.

PARAGUAI

Ontem, o chanceler paraguaio, José Fernández Estigarribia, disse que Assunção denunciará ante os tribunais do Mercosul, sediados na capital, a "série de violações" aos direitos do país cometidos por seus sócios no bloco.

Um dia após voltar a acusar a Venezuela de tentar sublevar os militares paraguaios em defesa de Lugo, o governo Federico Franco anunciou também a retirada de seu embaixador de Caracas. A Chancelaria paraguaia também declarou "persona non grata" o representante venezuelano em Assunção.

A segunda medida, porém, é inócua. Em reação ao impeachment de Lugo, Chávez já havia ordenado o retorno de seu embaixador a Caracas.

Será que o Mercosul bateu no teto? Humberto Saccomandi – Valor Econômico.
05/07/2012

Quando o Mercosul suspendeu o Paraguai, muitos paraguaios reagiram com ameaças de deixar o bloco, acusando-o de contribuir pouco ao desenvolvimento do país. E eles têm razão. O Mercosul, como está hoje, é principalmente uma reserva de mercado para a indústria local. Mas só o Brasil e, em escala muito menor, a Argentina têm indústria a proteger. Isso aliena os demais países da América do Sul e ameaça deixar o bloco menos atraente e menos dinâmico que a embrionária Aliança do Pacífico.

O Mercosul "não trouxe os resultados esperados ao Paraguai", disse na semana passada Hugo Saguier, o embaixador paraguaio na OEA, acrescentando que "90% da população paraguaia optaria pela saída do Mercosul".

Em blocos regionais com grandes assimetrias entre os sócios, países pequenos vão se integrando à estrutura produtiva dos grandes, formando assim uma única área econômica maior. Isso aconteceu na União Europeia (UE), onde Áustria ou República Tcheca, por exemplo, gravitam em torno da poderosa Alemanha. Mas, após mais de 20 anos, pouco, quase nada, disso aconteceu no Mercosul.

"O Mercosul não funciona para países pequenos"

E por que uma empresa se instalaria num país pequeno, distante dos grandes mercados consumidores? Em geral, esses países oferecem vantagens, como benefícios fiscais, impostos menores, uma administração pública mais ágil, menos burocracia, custo de vida menor do que nas grandes metrópoles e, portanto, salários mais baixos.

Nesse sentido, pode-se dizer que o Paraguai é vítima de si mesmo. O processo relâmpago que levou ao impeachment do presidente Fernando Lugo, afastado há duas semanas, escancarou a fragilidade institucional do país. Com insegurança jurídica, corrupção elevada, baixa escolaridade e infraestrutura ruim, o Paraguai não é um lugar convidativo para fazer negócios.

Mas, no caso do Uruguai, é bem diferente. O país é estável e seguro, tem instituições sólidas, população com boa formação escolar, boa infraestrutura e uma política ativa de atração de investimentos. E, ainda assim, é possível contar nos dedos o número de empresas que lá se instalaram visando os mercados de Brasil e Argentina.

"Não houve a entrada de indústrias. Pensávamos que isso iria ocorrer, mas não aconteceu, pois tanto o Brasil como a Argentina adotam uma série de barreiras não tarifárias. Por que uma empresa vai vir para o Uruguai? Para ter dor de cabeça para exportar?", disse María Dolores Benavente, economista da Câmara Nacional de Comércio e Serviço do Uruguai e presidente da Academia Nacional de Economia do país.

Um caso emblemático é o da chinesa Chery, que monta um veículo utilitário no Uruguai com peças importadas da China. A empresa já ameaçou várias vezes deixar o país devido às barreiras às suas exportações. Segundo a Câmara das Indústrias Automotivas do Uruguai, a Argentina não respeita o acordo automotivo bilateral e restringe a entrada de veículos. A Chery optou por abrir uma fábrica no Brasil, que deve estar pronta em 2013. A empresa diz que manterá a operação no Uruguai, mas os uruguaios estão pessimistas.

"O Mercosul não funciona para países pequenos. Nós não conseguimos atrair investimento de terceiros países. É muito diferente da UE, onde os países grandes se preocuparam com os pequenos", disse Benavente. "As exportações do Uruguai se multiplicaram por cinco desde a criação do Mercosul. As da Argentina e do Brasil se multiplicaram por sete ou oito. Já as exportações do Chile, parâmetro para quem está fora do bloco, se multiplicaram por nove nesse período. Isso quer dizer que o Mercosul desviou comércio do Uruguai, mas não criou comércio novo."

Segundo ela, as empresas brasileiras e argentinas que se instalaram ou compraram operações no Uruguai o fizeram não por causa do Mercosul, mas de olho no mercado

global, pois atuam em geral em setores nos quais o país é tradicionalmente competitivo, como soja e carne.

"Abrir-se para a região é bom, mas só se a região não se fechar para o mundo, senão estaremos importando ineficiência", conclui Benavente.

O Chile percebeu há tempos essa armadilha, decidiu ficar de fora do Mercosul e abrir a sua economia ao mundo, em vez de se fechar para proteger uma indústria que não tinha, beneficiando os vizinhos.

O raciocínio é simples: o Chile sabe que nunca vai produzir automóveis, pois não tem escala, mercado nem cadeia de fornecedores. Veículos, porém, são um insumo importante para a economia. Por que, então, entrar numa associação comercial que obrigaria o país a taxar veículos asiáticos, mais baratos e sofisticados, ou a comprar veículos brasileiros, mais caros e menos sofisticados? É melhor permitir a entrada de veículos asiáticos e, com isso, favorecer assim o investimento das empresas locais, buscando estimular o desenvolvimento de setores não tradicionais da economia, como o de laticínios, que vem crescendo bastante.

O Peru há dez anos começou a emular o modelo chileno, de abertura agressiva da economia, e hoje é o país que mais cresce na América Latina. A Colômbia, que tem um setor industrial relativamente importante, já fechou tratados comerciais com os EUA e a UE. Esses três países, junto com o México, criaram a Aliança do Pacífico, que pretende ser um bloco regional alternativo ao Mercosul, caracterizado por suas economias abertas.

Ainda é incerto o impacto que esse bloco terá para o comércio dos países-membros. Mas, para os países menores do Mercosul, o bloco tem tido peso declinante. No ano passado, as exportações uruguaias cresceram 18,1%. Mas as vendas para os principais sócios do Mercosul subiram menos (11,9% para o Brasil e 16,7% para a Argentina).

É discutível se a estratégia de abertura comercial agressiva favoreceria o Brasil. Mas parece cada vez mais evidente que ela beneficia os países sem base industrial forte. Isso deixa o Mercosul num dilema. A falta de competitividade da indústria brasileira e argentina inibe a abertura do bloco, que acaba atraindo apenas países como a Venezuela, cujo presidente prioriza seus interesses políticos ao interesse econômico do país. E, mesmo assim, não atrai nem todos os aliados políticos da região, já que a Bolívia e o Equador cortejam, mas ainda não aderiram. Com a Venezuela, o Mercosul, como está, pode ter atingido o seu teto.

Crise do Mercosul. Miriam Leitão – O Globo. 06/07/2012

Houve um momento em que os governantes do Cone Sul se entendiam muito bem. Eles trocavam informações, equipamentos e tecnologia de tortura e morte de adversários políticos. Houve um momento em que Brasil e Argentina duvidavam tanto um do outro que os dois países tinham defensores do desenvolvimento de armas nucleares. Nessa hora de grave crise no Mercosul é um alívio pensar que já foi muito pior.

Não é para consolar, mas para que não se perca a perspectiva histórica de que, no passado, os governos dessa região erravam quando entravam em acordo e erravam quando estavam em conflito. Fizeram pactos sobre a inaceitável manutenção da ordem autoritária a ferro e fogo. Trocaram favores, prendendo e matando num país opositores dos governos de outros países. Não se sabe ainda hoje toda a verdade sobre os crimes executados sob a capa de acordos de cooperação militar.

No domingo, este jornal publicou reportagem da jornalista Junia Gama mostrando que no governo do general Ernesto Geisel o Brasil "esmerilhou" armas para enviá-las a Augusto Pinochet. As ordens eram estas e a palavra "esmerilhar" significava tirar os símbolos da República brasileira nas armas enviadas por Geisel para ajudar Pinochet a "manter a ordem interna". Ela foi mantida à custa de 3 mil mortes. Quantas foram com armas brasileiras "esmerilhadas"?

Ao mesmo tempo em que cooperavam para cometer crimes, desconfiavam uns dos outros. Entre Brasil e Argentina a tensão era alimentada por quem queria, aqui e lá, desenvolver tecnologia de artefatos nucleares. Um dos passos importantes que precederam o Mercosul foi o acordo de cooperação nuclear entre Brasília e Buenos Aires, permitindo que um país fiscalizasse o programa do outro. O segundo passo para a pacificação foi o acordo sobre o aproveitamento energético dos rios que os países compartilham.

O Mercosul permitiu o aumento exponencial do comércio, dos negócios, das parcerias entre os países do grupo. A cláusula democrática nasceu das feridas que tinham ficado dessa cooperação macabra da Operação Condor e outros pactos. Os países se dispunham daquele momento em diante a reduzir as barreiras comerciais entre os mercados do bloco, a negociar novos campos de integração e a manter, como base de tudo, a ordem democrática.

Os episódios das últimas semanas mostraram que esses valores foram relativizados por uma parte da opinião pública e pelos governos do bloco. Basta estar escrito na Constituição de um país, que qualquer barbaridade passa a ser democrática. Já a indignação dos governos é seletiva. Brasil e Argentina ficam indignados com o que acontece no Paraguai, mas aceitam as violações, o que ocorre com frequência na Venezuela. Já o Uruguai aceita a pressão dos grandes e depois se afunda numa crise interna. A partir dessa assimetria de tratamentos, o bloco entrou numa grave crise política que terá novos desdobramentos.

O Mercosul acaba de completar 21 anos. Em duas décadas, o comércio do Brasil com os países do bloco saiu de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 47 bilhões. Multiplicou por dez. Houve um aumento enorme de cooperação, associações empresariais, crescimento do turismo. Esses claros sinais de sucesso, no entanto, não apagam o fato de que há uma grave crise no Mercosul. Como disse o embaixador José Botafogo Gonçalves na edição de ontem deste jornal: o Mercosul pode acabar se não for levado a sério.

A Argentina criou barreiras tarifárias e não tarifárias para os países do bloco; a pior delas foi o fim da licença automática de importação. Negócios entre empresas do setor privado estão congelados pela arbitrariedade com que são liberadas as licenças de importação. Brasil e Argentina têm opiniões opostas sobre a China. A Argentina quer um acordo do Mercosul com os chineses e o Brasil eleva as tarifas de importação de

alguns produtos. Mais importante do que divergências de opinião, que sempre ocorrerão em qualquer parceria, é o fato de que o Mercosul não sabe o que quer ser. Essa falta de projeto está minando as bases do bloco. A crise política provocada pela entrada da Venezuela, se não for resolvida, pode ser o começo do fim.

Mercosul e sustentabilidade. Lucas Tolentino – Site do MMA. 10/07/2012

Países do bloco discutem contrato para intervenção ambiental em pequenas e médias empresas e a realização de oficinas sobre práticas na área de gestão ambiental e produção sustentável.

As ações de sustentabilidade ambiental contarão com o apoio de países do Mercosul e da União Europeia. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) realiza, durante esta semana, reuniões com representantes de nações como Uruguai e Argentina para discutir as medidas que serão implantadas. Os encontros fazem parte do Programa de Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração Econômica e Desenvolvimento Sustentável do Mercosul (Econormas).

O projeto garantirá o investimento de 18 milhões de euros (R\$ 44,9 milhões). Do total, 6 milhões de euros (R\$ 14,9 milhões) são provenientes dos integrantes do Mercosul e o restante é assegurado pela União Europeia. O objetivo é garantir a melhoria da qualidade e da segurança de produtos do Mercosul, promover o crescimento econômico aliado à gestão sustentável de recursos e estimular as ações de proteção ambiental.

INTERVENÇÃO

Entre as medidas que serão discutidas durante esta semana, estão o contrato para intervenção ambiental em pequenas e médias empresas, a definição da campanha de divulgação e as diretrizes para realização de oficinas sobre práticas na área de gestão ambiental e produção sustentável.

Os resultados das reuniões técnicas serão apresentados no fim do ano. O acordo entre o Mercosul e a União Europeia que criou o Econormas foi firmado em dezembro de 2009 e tem cinco anos de duração. O programa é realizado pelos países integrantes do Mercosul e é operado pelo Laboratório Tecnológico do Uruguai.

A cooperação viabilizará medidas em quatro frentes de atuação: promoção da produção e consumo sustentáveis; luta contra a desertificação e os efeitos da seca; avanços para a implantação do Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) e convergência da base normativa e regulamentária de produtos em áreas específicas selecionadas e criação de capacidades regionais de avaliação de conformidade

Venezuela no Mercosul gera disputa jurídica. Sergio Leo – Valor Econômico. 13/07/2012

Brasil, Argentina e Uruguai têm até segunda-feira para apresentar sua primeira defesa contra a queixa apresentada pelo governo paraguaio no Tribunal de Controvérsias do

Mercosul, contra a suspensão do Paraguai do bloco e a oficialização do ingresso da Venezuela.

O tribunal, que tem em sua composição dois brasileiros, o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral e o jurista Jorge Fontoura, ainda não decidiu se acolherá a queixa paraguaia, mas, segundo especialistas, é sensível a argumentos técnicos, como os apresentados pelos paraguaios contra a entrada da Venezuela.

Os paraguaios acusam os sócios do Mercosul de "violação grave" do direito internacional com a "decisão abrupta", em direito de defesa, sobre a exclusão do Paraguai. O país foi suspenso de seus direitos políticos no bloco após o impeachment do presidente Fernando Lugo, no fim de junho, por acusações de "mau governo", em um processo que durou menos de dois dias.

O Brasil, segundo apurou o **Valor**, tende a adotar, de início, uma defesa que evitará a discussão de mérito das queixas paraguaias e se dedicará a questionar a competência do tribunal para decidir sobre a saída do Paraguai. Também deve questionar o processo escolhido pelos queixosos, que não solicitaram consultas prévias como requer o protocolo de Olivos, que regulamenta as disputas no bloco. Caso o tribunal aceite a argumentação brasileira, o processo não terá duração inferior a sete meses, dando tempo para acomodações políticas.

Segundo o Paraguai, o julgamento de Lugo, como permite a Constituição do país, foi "político", e não "jurídico"; e foi sancionado pelo Congresso e pela Suprema Corte. O documento entregue ao tribunal pelos paraguaios lembra que os advogados de Lugo não chegaram a usar o tempo - considerado exíguo pelos governantes da América do Sul, que acusaram o Senado paraguaio de "ruptura da ordem democrática". Os advogados teriam recusado a oferta de tempo adicional para a defesa, diz a queixa levantada pelo governo vizinho.

Segundo especialistas em direito internacional, como Celso Lafer, ex-ministro de Relações Exteriores - em uma interpretação que encontra ecos entre diplomatas em atividade no Itamaraty-, a entrada da Venezuela no bloco contrariou determinações do Tratado de Assunção, a constituição do Mercosul.

Lafer e diplomatas têm citado o mesmo argumento usado pelo Paraguai em sua queixa: enquanto a maioria das decisões do Mercosul se dá por consenso, a entrada do novo membro teria de ser feita "por unanimidade" - o que não houve, já que o Paraguai não se manifestou. Se o tribunal acolher o argumento, poderá determinar o cancelamento da decisão sobre a Venezuela, criando um impasse jurídico no bloco.

O Protocolo de Adesão da Venezuela, assinado pelos quatro sócios do Mercosul e pelo governo venezuelano, previa que o país só ingressaria plenamente no bloco após ratificação do acordo nos cinco países. O Senado paraguaio era o único a negar essa ratificação mas, com a suspensão do Paraguai, os demais governos, na última cúpula do bloco, consideraram ter votos suficientes para autorizar o ingresso pleno da Venezuela.

O maior recuo do Mercosul. Danilon Astori – O Estado de São Paulo. 13/07/2012

Sempre manifestei minhas opiniões em todos os sentidos e, em particular, sempre que havia divergências – primeiramente nos âmbitos internos do próprio governo uruguaio ou em conversações diretas. Não se trata de uma questão de estilo, mas de uma concepção de coerência, das formas institucionais e de lealdade política com os meus companheiros. Há ocasiões em que a relevância dos temas e sua relação direta com o rumo estratégico ou com os valores em jogo, impedem-me de silenciar.

Se o fizesse, estaria traindo minhas convicções e parte essencial da minha condição de homem de esquerda. Tampouco irei argumentar sobre a importância de um debate profundo e sério nos âmbitos correspondentes – incluído o âmbito público – sobre grandes temas políticos, ideológicos, que têm como destino, a identidade e os grandes objetivos da esquerda em um mundo em que o capitalismo maduro vive uma crise muito profunda e estrutural. Não só fiz essas propostas em várias oportunidades, como, na medida da minha capacidade, sempre procuro contribuir com ideias, opiniões e ações no plano do governo e da Frente Ampla.

Podem-se contar nos dedos de uma mão apenas as oportunidades nas quais divergi publicamente de posições do atual governo e todos sabem que, em definitivo, ao chegar o momento, apoiei e respaldei onde necessário as decisões adotadas.

Considero o ingresso da Venezuela no Mercosul – decidido na cúpula de Mendoza pelos presidentes de Argentina, Brasil e Uruguai, no desconhecimento do caráter institucional vigente – um ato negativo para o bloco regional, para o Uruguai e até mesmo para a Venezuela.

Há alguns dias, afirmei que “não compartilho da decisão de determinar o ingresso da Venezuela como membro pleno do bloco, por tratar-se de uma agressão institucional considerável para o Mercosul. É uma ferida institucional muito grave, talvez a mais grave nos 21 anos de existência do Mercosul” e reafirmo esse conceito.

Reviravolta. A posição de não acompanhar o ingresso da Venezuela nessas circunstâncias era compartilhada por toda a delegação uruguaia ao sair do país rumo a Mendoza, até mesmo pelo presidente José Mujica e pelo ministro das Relações Exteriores, Luis Almagro. Foi a posição defendida pelo chanceler até o último momento e também pela chancelaria brasileira. O que mudou durante a cúpula para reverter a posição da delegação uruguaia? Não sabemos.

Acaso a posição prévia da delegação uruguaia estava equivocada? Não contemplava as mudanças que ocorreram no Mercosul ou na estratégia regional para os próximos anos? Quem nos abriu os olhos? Que circunstâncias que não conhecemos fizeram com que o político predominasse sobre o legal? Por essas indagações é possível perceber que houve um desconhecimento das normas legais e institucionais.

O maior retrocesso, o mais grave, sofrido pelo Mercosul em toda a sua complexa história, é que agora o único caráter institucional válido não é o adotado, não é a dos mecanismos que protegem a todos nós, que exigiriam amplas e trabalhosas negociações. Agora, dependemos das decisões dos presidentes dos países. Essa resolução poderá ter

consequências profundas no futuro, como a de adquirirum caráter institucional tão débil que se tornará inútil.

Estou profundamente convencido de que oMercosul é uma necessidade, não apenas comercial, como também política e estratégica para os nossos países. E como apoio – e apoiei com convicção – o ingresso da Venezuela no Mercosul, julgoque foi cometidoumgrave erro. A não ser que se considere que, com tão grande desgaste do Mercosul original, seja preciso substituí-lo por outro bloco de integração que suponha a incorporação de novas nações. É um enfoque possível, embora, para considerá-lo, fosse importante formulá-lo de maneira explícita.

Prefiro outro caminho, que é o fortalecimento do Mercosul original e – me apresso a acrescentar–não para criticá-lo, mas para que jogue o seu enorme potencial a favor do desenvolvimento econômico e social dos nossos países. Evidentemente, um Mercosul forte estará em condições de firmar acordos com outros blocos e países da América Latina e do mundo em seu conjunto. Mas não é possível ignorar todo o esforço feito e a experiência acumulada desde 1991.

Com acertos e erros, e com todas as dificuldades encontradas nos últimos anos – especialmentecoma Argentina – o caminho percorrido tem de constituir uma formidável ajuda para consolidar a integração regional e torná-la sustentável.

Para tanto, sempre será necessário levar em conta que o Mercosul não é uma união de governos, mas de países, de Estados e – quem dera – fosse capaz de mobilizar mais seus povos. Também será necessário considerar que o enfraquecimento do caráter institucional do bloco favorece apenas a seus adversários, aqueles que por razões políticas ou ideológicas são contrários ao projeto e a um processo mais amplo de integração latino-americana.

É por isso que julgo muito acertada a medida adotada pela chancelaria de analisar com sentido político, mas com profissionalismo, os aspectos legais e as consequências jurídicas que porventura venha a ter a decisão de incorporar a Venezuela dessa maneira ao Mercosul.

Se há um país que deveria preservar e lutar para fortalecer o caráter institucional do Mercosul, é o Uruguai; não somente por suas dimensões, mas também por sua tradição e sua história. A história recente demonstrou e confirmou mil vezes que éo que nos convém e precisamos dela. Os exemplos comerciais,políticos, e até mesmo os dolorosos bloqueios recentes são terríveis.

Não é umcapricho formal, não existe nenhuma contradição entre a legalidade e a política. Ao contrário. É bom lembrar – porque tem a ver com as profundas definições democráticas da esquerda –que não se pode, não se deve permitir que a lei seja escrava da política. Por isso, nos opusemos e nos opomos ao que ocorreu com o Paraguai. Por isso é preciso ser coerentes.

Há outra razão pela qual eu me manifesto contra, e é em relação à Venezuela. Estamos profundamente convencidos da necessidade e do valor da incorporação da Venezuela ao Mercosul. Não porque o país é um produtor de petróleo e um comprador de alimentos, isto é, não apenas por razões comerciais, mas porque ele fortalece o bloco e favorece a

consolidação dessa nação em seu processo integrador. Por essas razões não é justo que seu ingresso se dê dessa maneira, na contramão das instituições do Mercosul. Os venezuelanos não merecem isso.

A nova situação que se criou me enche de inquietação. O Paraguai foi suspenso e, quando retornar, depois de suas eleições, com um presidente e um novo Senado eleito em 2013, devemos esperar que volte a funcionar o mecanismo dos acordos a serem ratificados pelos Parlamentos para o ingresso de novos países?

Se houver novos países que queiram integrar-se ao bloco, qual será agora o mecanismo para a aprovação do seu ingresso? O que predominará: a política ou a legalidade? Se todos aceitarmos e os uruguaios concordarem que o Mercosul está em crise, o novo caminho será acaso recorrer a cada contencioso, a cada problema que surgir, à opinião dos presidentes? Está muito claro para mim que desde o nascimento do bloco as coisas mudaram no mundo e na nossa região e aceito a opinião dos meus companheiros e suas contribuições, mas o enfraquecimento do caráter institucional do Mercosul – para o qual as próprias chancelarias do Brasil e do Uruguai advertiram – melhorará nossa posição no mundo, perante os outros países, em outros âmbitos de negociação?

O novo impulso que precisamos dar à integração acaso irá nessa direção? Como será possível apreciar, estamos diante de temas de enorme importância política. Tais temas têm a ver com o rumo do país, com sua inserção internacional, com a relação de respeito e de equilíbrio com nossos vizinhos e parceiros, e, por tudo isso, têm a ver com a vida da nossa gente, com o nosso desenvolvimento, nossa produção, nossa economia, ou seja, com nossa sociedade. Por essa razão sinto a responsabilidade de transmitir minha opinião a esse respeito. Minha única intenção é contribuir para uma reflexão da qual – por sua relevância – não podemos nos esquivar.

Rio+20 - e os resultados? Cardeal Dom Odilo P. Scherer – O Estado de São Paulo. 14/07/2012

A Conferência Rio+20, da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o desenvolvimento sustentável, encerrada no último dia 22 de junho, certamente não alcançou os resultados que muitos esperaram. No entanto, dizer simplesmente que foi um fracasso também não me parece realista. Para começar, não houve recuos em relação à Rio-92 e houve bons avanços em vários sentidos, além de expressiva participação de delegações oficiais e uma saudável mobilização da sociedade civil. E isso não é indiferente.

Chegar a acordos entre atores tão numerosos e com interesses tão diversificados não é tarefa simples, como no caso da Rio+20. As organizações não governamentais (ONGs) e outras organizações da sociedade civil apontaram para o mundo que queremos e precisamos; e os responsáveis pelo governo dos povos teceram consensos para construir juntos, por enquanto, o mundo possível. Os dois ainda estão bem distantes...

Fruto positivo da conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro foi o próprio fato de se ter chegado, com a liderança do Brasil na fase final de um longo processo de negociações, a um documento de consenso - havia o risco de não se chegar a nenhuma declaração comum. Um avanço importante foi a afirmação clara de que a pessoa

humana está no centro do desenvolvimento sustentável, que deve contemplar a superação da pobreza e a qualidade de vida das populações. Também merece destaque o fato de se ter clareado melhor o conceito de "desenvolvimento sustentável", que deverá sempre apoiar-se em três pilares: econômico, social e ambiental. Esses três critérios, e não mais apenas o produto interno bruto (PIB), deverão ser levados em conta, daqui por diante, na avaliação sobre o estado do desenvolvimento de um povo.

A meu ver, porém, o resultado mais significativo consiste na renovada consciência sobre as dimensões do problema ambiental. Isso ficou claro nas falas de numerosos chefes de Estado, ou de seus representantes, bem como nas manifestações das organizações da sociedade civil, na Cúpula dos Povos. É absolutamente vital para o futuro que a atividade econômica e a sustentabilidade ambiental andem juntas. E isso requer uma revisão drástica dos atuais sistemas de produção e dos hábitos de consumo. Os estilos de vida precisam ser menos materialistas e consumistas, mais sóbrios e solidários, tendo em vista também as gerações futuras. Nossos hábitos e nossa cultura precisam mudar, para uma relação mais sustentável com a natureza e o ambiente da vida.

Falou-se muito em "economia verde", respeitosa do ambiente, e era desejável que se chegasse a definições mais concretas para torná-la possível. Todavia as economias mais desenvolvidas e os maiores poluidores não se animaram a abandonar as fontes de energia nuclear ou fóssil, como o petróleo e o carvão mineral. Essa foi uma das maiores reclamações daqueles que advertem a respeito dos riscos do aquecimento global. Mesmo vital para o futuro, contudo, isso não é simples, porque pressupõe a reorganização de toda a economia.

Além de verde, a economia deveria também ser "azul", com atenção especial às águas. A escassez de água doce será um problema grave para o futuro próximo. Também muitos países pequenos temem pela sua sobrevivência, tirada, sobretudo, dos oceanos. A crescente contaminação das águas, a pesca predatória e a diminuição sensível das espécies de vida nas águas são ulteriores preocupações.

Muito oportuna foi a distinção feita por uma jovem na abertura da conferência: não se trata simplesmente de construir o mundo que "queremos", mas aquele que "devemos" edificar e cuidar juntos.

De fato, o voluntarismo dos projetos humanos, imposto à natureza e ao ambiente, nem sempre é o critério melhor: o mundo precisa de respeito às suas próprias leis, não devendo ser visto apenas como objeto do desejo e da vontade humanas, que o podem levar ao caos e à destruição.

Infelizmente, faltou definir um organismo na ONU para acompanhar globalmente, e com competências próprias, as questões ambientais; nem se assegurou um fundo para ajudar os países mais pobres a superarem a pobreza, ou para financiar as mudanças no modelo econômico, necessárias para o desenvolvimento sustentável. Tampouco se estabeleceram regras para facilitar o acesso às tecnologias necessárias para uma economia mais verde. No fundo, as decisões e os custos para o desenvolvimento sustentável ficaram por conta de cada país e isso, certamente, será pouco eficaz. As grandes economias, em geral, e os maiores poluidores não se comprometeram, de modo efetivo, na busca de soluções para a crise ambiental.

Entre as lacunas do documento final da Conferência Rio +20, observo também a falta de reconhecimento da contribuição das religiões e igrejas para o desenvolvimento sustentável. É inegável que estas contribuem para a educação, o cultivo de valores, para formar e mudar a cultura e para socorrer os membros mais frágeis da comunidade humana. Faltou, igualmente, uma palavra de apreço à família, sujeito social e econômico básico, indispensável no cuidado das pessoas e de sua formação para uma nova cultura e para o desenvolvimento sustentável.

As organizações da sociedade civil mostraram o seu papel determinante para promover mudanças nas políticas públicas e nas decisões dos governos. A solução para as graves questões postas na conferência depende da interação de dois sujeitos: autoridades constituídas e sociedade civil organizada. Penso que a Rio+20 manifestou esse esforço conjugado, indispensável para a eficácia de qualquer declaração ou lei. E isso faz esperar que ela não tenha sido um ponto de chegada, mas uma etapa na busca de soluções melhores.

Em Berlim, mudanças climáticas. Lucas Tolentino – Site do MMA. 17/07/2012

Brasil participa de reunião internacional para apresentar o estágio avançado em que se encontram as iniciativas nacionais para a redução das emissões de gases poluentes

O governo federal negocia propostas de controle das mudanças climáticas com representantes de países de todo o mundo. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) participa, nesta terça-feira, da terceira edição do Petersberg Climate Dialogue, realizado pelo Executivo alemão, em Berlim. O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink, representará o Brasil no evento.

O estágio avançado em que se encontram as iniciativas brasileiras para a redução das emissões de gases poluentes e para outras áreas será apresentado aos participantes do encontro internacional. Entre as principais ações que serão mostradas, estão as estratégias de elaboração e aplicação dos planos setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. Quatro deles passam, atualmente, pelo processo de consulta pública.

SUBSÍDIOS

Apesar de não fazer parte do calendário oficial, o encontro internacional tem o objetivo de promover subsídios para as negociações que serão realizadas na 18ª Conferência das Partes (COP 18), marcada para o fim do ano, em Doha, capital do Qatar. A intenção é transformar os resultados do encontro alemão em propostas que serão apresentadas e discutidas durante a COP 18.

O governo alemão convidou, ao todo, ministros e chefes de estado de 35 países. A 3ª edição do Petersberg Climate Dialogue tem como foco as lacunas para o alcance dos objetivos propostos e a criação de uma economia baseada em baixas emissões de carbono como uma estratégia de crescimento, além de discutir um novo tratado para ser negociado a partir de 2015.

**Conferências Internacionais. José Goldemberg – O Estado de São Paulo.
16/07/2012**

Conferências internacionais são convocadas quando se torna evidente que cada país, isoladamente, não consegue resolver um determinado problema. A vantagem de ações multilaterais, em que as nações atuam em conjunto, é que os países que relutam em cumprir os seus compromissos são coagidos a fazê-lo. Delas, em geral, resulta um tratado, uma convenção ou um protocolo que, uma vez ratificado pelo Parlamento dos países participantes, se torna lei nacional. Há muitos exemplos de conferências em que isso ocorreu, como, por exemplo, a Convenção do Clima, adotada no Rio de Janeiro em 1992, durante a Rio-92.

O problema, nesse caso, são as emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento da Terra, que nenhum país pode resolver sozinho. É preciso que todos - ou a maioria deles - cooperem para reduzir essas emissões. O Protocolo de Kyoto, em 1997, reforçou a Convenção do Clima e teve sucesso relativo em reduzir as emissões globais. Ainda assim, ela é considerada uma convenção "leve", porque não existem nela sanções para os que não cumprem suas determinações.

Algumas vezes os tratados ou as convenções contêm sanções para os países que não cumpram o que consta deles, como, por exemplo, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Países que violam ou são suspeitos de violar os seus dispositivos são objeto de sanções internacionais, como está ocorrendo no momento com o Irã. Esses são os tratados considerados "duros".

A convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, foi decidida pela Assembleia-Geral da ONU e não deveria ter apenas caráter celebratório de aniversário (dos 20 anos da Rio-92), e sim o de avaliar o que aconteceu nas últimas décadas e eventualmente tomar medidas adicionais às adotadas em 1992. Não foi planejada como uma conferência para discutir somente mudanças climáticas, mas também desenvolvimento sustentável em geral, englobando dimensões sociais, econômicas e ambientais, apesar de ser evidente que uma deterioração séria das condições ambientais comprometeria irremediavelmente as demais dimensões.

Sucedeu que foi demonstrado claramente, por grande número de relatórios científicos preparados nos últimos anos, que se está verificando um agravamento da situação ambiental, em particular no que se refere ao aquecimento global e às mudanças do clima dele decorrentes. Isso ficou também claro no discurso de Maurice Strong, o carismático secretário-geral da Conferência do Rio em 1992, numa reunião realizada no plenário da Rio+20, na presença do ministro das Relações Exteriores, do senador Fernando Collor de Mello - que era o presidente da República em 92 - e dos ministros e embaixadores que prepararam a conferência e a tornaram um grande sucesso.

Maurice Strong transmitiu a visão dos cientistas a respeito da degradação do meio ambiente e a urgência em enfrentar os problemas atuais. Aplaudido de pé pelos delegados, expressou o seu ponto de vista de que essa urgência não estava refletida na agenda nem no comunicado final da conferência. Os próprios diálogos intergovernamentais organizados pelo Itamaraty na Rio+20 vão na mesma direção.

O senador Fernando Collor não deixou de destacar a importância da presença dos chefes de Estado dos grandes países em 1992 - e o esforço que foi feito para que isso se concretizasse -, contrastando com a incapacidade da Rio+20 de definir até os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 poderia ter dado um novo impulso às negociações sobre o tema do desenvolvimento sustentável, mas não foi o que aconteceu. Seus resultados desapontaram a todos, tornando até ridícula a atitude de alguns diplomatas brasileiros de apresentá-la como um "sucesso estupendo".

O comunicado final da conferência não foi mais do que um conjunto de exortações e de reiteração de generalidades que já haviam sido acordadas previamente, em outros tratados ou convenções. Nenhuma decisão substantiva consta dos 289 parágrafos (!) do comunicado final, tendo sido dele removidos todos os que faziam recomendações concretas sobre a erradicação da pobreza ou a redução do uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) e o aumento do uso de fontes renováveis de energia.

O único resultado palpável da Rio+20 foi a mobilização da sociedade civil, o que, lamentavelmente, somente ocorreu no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro foram realizadas centenas de eventos paralelos à conferência dos delegados governamentais, envolvendo prefeitos das 40 maiores cidades do mundo, governos de Estados de vários países - como Quebec, do Canadá, e São Paulo, do Brasil -, grandes empresas multinacionais, cientistas, federações de indústrias e inúmeras organizações não governamentais (ONGs). E muitos desses eventos acabaram resultando em resoluções concretas.

Por exemplo, o setor privado demonstrou ter ideias claras de onde investir. Dos cerca de US\$ 500 bilhões comprometidos voluntariamente para ações na área do desenvolvimento sustentável, a grande maioria destina-se a investimentos em energias renováveis.

Parece claro, portanto, que o fracasso da Rio+20 como reunião de cúpula de governos foi substituído pelo sucesso de ações descentralizadas, de "baixo para cima", e não de um acordo multilateral de países.

A mudança do eixo é um indício do cansaço de esperar soluções e propostas de nações que liderem o processo - entre as quais, o Brasil -, como ocorreu em 1992. É isso o que indica a ausência dos presidentes ou chefes de Estado dos principais países do mundo, como Estados Unidos, China, Inglaterra, Alemanha e outros.

Só o futuro dirá se esse caminho nos levará ao "futuro que queremos".

País vai contestar críticas da OMC sobre protecionismo – Valor Econômico; 16/07/2012

O Brasil vai contestar o levantamento da Organização Mundial do Comércio (OMC) que frequentemente aponta o país como um dos campeões em adotar restrições contra importações nos últimos tempos. Na quarta-feira, diante dos outros 156 países-

membros, o Brasil reclamará que a OMC "mistura tudo" e apresenta um quadro irreal. Para Brasília, se o país adota taxa adicional sobre importações consideradas desleais, isso é uma medida que procura combater distorções, e não criá-las, e está prevista nas regras da OMC.

Em recente entrevista, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, disse que "é certo que desde a crise [de 2008], os relatórios de monitoramento mostram que Brasil e Argentina estão entre os países que mais adotaram restrições comerciais". na sequência, o diretor da OMC acrescentou que os relatórios não dizem se as restrições estão conforme as regras da OMC ou não. "O que fazemos é listar a matéria bruta", explicou.

"Há países que reagem, dizem que faltam coisas nesses relatórios de monitoramento, como subvenções agrícolas, etc. E nós dizemos que o exercício é para medir a tendência, o que nos preocupa é a tendência. Sabemos muito bem que os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão têm subvenções agrícolas que perturbam as trocas comerciais. Quando o país é apontado na lista, reage dizendo que outros fazem coisas tão pavorosas quanto eles", ponderou Lamy, na recente entrevista.

Por pressão do Brasil e outros exportadores agrícolas, o monitoramento da OMC inclui agora os subsídios agrícolas bilionários concedidos principalmente pelas nações desenvolvidas. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicará estudo em setembro apontando subvenções agrícolas de mais de US\$ 250 bilhões concedidas em 2011 nos países ricos, uma alta de 4,5% nos valores envolvidos. Metade dos subsídios causam distorções no comércio global.

Para OMC, alta do protecionismo não é temporária. Assis Moreira – Valor Econômico. 17/07/2012

Nada menos do que 182 novas medidas que restringem ou podem distorcer o comércio, afetando 0,9% das importações mundiais, foram introduzidas desde meados de outubro, revela a Organização Mundial do Comércio (OMC) em relatório que será examinado pelos países amanhã.

Num cenário de austeridade imposta pelos governos, desemprego em alta, desaceleração do crescimento e pouca possibilidade de abertura comercial, as ameaças do protecionismo parecem crescer ainda mais, conforme a entidade.

Globalmente, as principais medidas restritivas são os tradicionais instrumentos de defesa comercial (tarifa adicional antidumping ou antissubsídios), alta de tarifas, licença de importação e controles aduaneiros. A acumulação de restrições comerciais está começando a inquietar, segundo a OMC. Ainda mais que as novas medidas se somam às existentes antes da crise global, como no comércio agrícola.

"A mais recente onda de restrições comerciais parece não mais ser para combater efeitos temporários da crise global, e sim mais para tentar estimular a retomada através de planos industriais nacionais, o que é um negócio de mais longo prazo", diz a OMC.

A entidade destaca, além disso, o uso de subsídios governamentais, preferências dos governos a compras locais e exigências de conteúdo nacional.

O Brasil é um dos países com bom número de medidas comerciais, mas que incluem também baixa na tarifa de importação de vários produtos. O país vai contestar os dados da entidade.

Por sua vez, no relatório sobre o comércio mundial em 2011, a entidade foca sua análise na passagem de "proteção para precaução" nas medidas restritivas, que aumentam a opacidade, custo das trocas e no fluxo das exportações e importações.

Governos em praticamente todas as regiões utilizam cada vez mais medidas que limitam, por exemplo, o uso de certos fertilizantes, além de exigir novos controles de quantidade, segurança do produto, inspeções antes do embarque etc.

"O movimento de proteção para precaução é uma tendência perceptível praticamente em todas as economias, na medida em que preocupações com saúde, segurança dos produtos, qualidade ambiental e outros imperativos sociais estão ganhando proeminência", afirmou o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, ao apresentar ontem o relatório anual.

Em 2010, medidas sanitárias ou fitossanitárias (SPS, na sigla em inglês) ou barreiras técnicas ao comércio (TBT, como são conhecidas no jargão comercial) eram percebidas como o maior peso para exportações de países em desenvolvimento.

Nada menos de 94% de medidas específicas de SPS e 29% de TBT afetam exportações agrícolas. O impacto dessas medidas é mais difícil de avaliar.

Certo mesmo, conforme a OMC, é que exportadores e importadores vêm reclamando. Para Lamy, a situação exige vigilância no curto prazo.

Brasil e Ucrânia estreitam laços comerciais. Vera Stumm – Site do MAPA. 19/07/2012

Exportações brasileiras de suínos para Ucrânia cresceram 2,5% no primeiro semestre de 2012

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Mendes Ribeiro Filho, recebeu na manhã desta quinta-feira, 19 de junho, o embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostylav Tronenko. Durante o encontro, o embaixador convidou o ministro para participar da primeira reunião do Comitê Consultivo Agrícola, estabelecido entre os dois ministérios para estreitar as relações, e da Feira Agrícola Internacional (AGRO 2012), exposição de produtos da agricultura, pecuária e maquinário, em setembro, na Ucrânia.

Durante o evento, Mendes Ribeiro Filho destacou a importância da cooperação entre o Brasil e a Ucrânia. "O país é um parceiro comercial excelente para o Brasil na parte da agricultura. As exportações de suínos aumentaram significativamente e há potencial para outros mercados. A Ucrânia também é produtora de fertilizantes e isso nos interessa, já que apresentamos déficit nesta área", completa. Outro ponto mencionado pelo ministro é a crescente demanda mundial por alimentos.

De acordo com o embaixador da Ucrânia, a intenção é fortalecer a cooperação técnica com o Brasil que tem tecnologia avançada na área da agricultura. “Queremos reforçar a parceria entre os dois países. O Brasil tem larga experiência em assuntos como o biocombustível e um nível elevado na área de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Além disso, as exportações brasileiras de suínos já cresceram 2,5% no primeiro semestre deste ano, queremos aumentar esses números cada vez mais”, frisou.

Descontente com lei agrícola, país pode retaliar EUA sobre algodão. Flávia Foreque – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012

O Brasil ameaça retaliar os Estados Unidos caso o Congresso norte-americano não faça ajustes na Farm Bill (lei agrícola), em debate no Legislativo do país.

Para o Itamaraty, o texto atual mantém os subsídios pagos aos produtores de algodão dos EUA, o que impede a solução do impasse entre as duas partes.

"O Brasil não deseja fazer isso [retaliar], mas pode ser levado a fazer pelo descumprimento das obrigações americanas", disse Roberto Azevêdo, representante do país na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Em 2009, a OMC permitiu que o Brasil retaliasse os EUA em US\$ 829 milhões, mas um acordo acertou uma compensação temporária: o pagamento de US\$ 147,3 milhões por ano ao Brasil, aplicado em pesquisas e desenvolvimento do setor de algodão no país.

Brasil está pronto para retaliar EUA em US\$ 829 milhões por algodão. Eliane Oliveira – O Globo. 21/07/2012

Governo está preocupado com nova lei agrícola que tramita no Congresso americano

O governo brasileiro está preparado para retaliar os Estados Unidos em pelo menos US\$ 829 milhões, a partir de outubro, por causa dos fracos resultados de um acordo bilateral firmado há dois anos, para compensar os subsídios concedidos aos produtores de algodão americanos, considerados ilegais pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Tudo vai depender do que acontecerá com a nova lei agrícola dos EUA, que poderá ser aprovada até o próximo dia 30 de setembro.

Esse acordo, assinado em maio de 2010, foi proposto pelo governo americano para evitar uma retaliação que inclui desde o aumento das tarifas de importação de produtos daquele país até a cassação de patentes de medicamentos e outros direitos autorais em diversas áreas, como filmes, livros e músicas.

Grau de distorção 'particularmente inquietante' Segundo explicou o embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevêdo, de forma geral, os compromissos assumidos pela Casa Branca estão sendo cumpridos. O problema são novos programas de subsídios ao algodão, em fase de elaboração no Congresso dos EUA.

- Estamos preocupados com os programas que estão em exame no Congresso americano, muito complexos e com peças novas. Os efeitos podem variar muito, ou seja, com uma mesma arquitetura legal, dependendo dos números, os resultados podem ser absolutamente inaceitáveis - afirmou o diplomata.

Azevêdo participou ao longo desta semana, em Brasília, de reuniões com representantes do governo americano. Chegou-se a um entendimento, ontem, de que se o texto da lei agrícola não for aprovado até setembro, o Brasil esperaria um pouco mais, antes de tomar uma decisão. Ao ser perguntado sobre quanto tempo poderia o governo brasileiro esperar, respondeu:

- Esperaremos por um curto tempo. Curto é o contrário de longo. Mais do que isso, diremos depois. Nossas projeções preliminares demonstram que é particularmente inquietante o grau de distorção desses programas.

Entre as propostas apresentadas pelos EUA em 2010 estão o pagamento anual de US\$ 147,3 milhões aos cotonicultores brasileiros e a abertura do mercado para a carne suína exportada pelo Brasil. No segundo caso, o governo brasileiro avalia que o processo anda bastante lento.

Países se reunirão em Washington em outubro

A próxima reunião entre as partes acontecerá em outubro, em Washington. Até lá, segundo Azevêdo, o governo brasileiro vai se preparando para "todos os cenários possíveis", tanto de conclusão da nova lei agrícola, no fim de setembro, como a extensão do prazo para sua elaboração por mais alguns meses. Um dos fatores de peso sobre as decisões dos congressistas é a eleição presidencial nos EUA, em novembro.

- Nós nos preparamos para cenários em que a solução não será alcançada. Cenários negativos não são nosso desejo. O melhor será chegarmos a um entendimento, pois não gostaríamos de retaliar os EUA - afirmou o embaixador.

Pela decisão da OMC, tomada há pouco mais de dois anos, o Brasil tem direito a retaliar os EUA em US\$ 560 milhões na importação de bens. O restante seria usado em propriedade intelectual. O embaixador disse que os números podem não ser definitivos. Ou seja, é possível que sejam feitos alguns ajustes pela Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Técnicos russos iniciam missão técnica pelo Brasil – Site do MAPA. 23/07/2012

O roteiro da missão russa que visitará o Brasil durante as duas próximas semanas foi definido nesta segunda-feira, 23 de julho, durante uma reunião de trabalho entre representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Serviço Federal de Fiscalização Sanitária da Rússia (Rosselkhozadzor). O roteiro da comitiva inclui visitas aos três estados embargados – Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul –, além de Pará, Goiás e Santa Catarina.

No total, 21 estabelecimentos de bovinos, suínos e aves serão inspecionados por oito técnicos divididos em três grupos, um para cada tipo de carne. Todos estão com

exportações suspensas temporariamente para a Rússia. Também serão visitados o Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Pedro Leopoldo (MG), postos de vigilância agropecuária na fronteira, unidades de vigilância agropecuária estaduais, fazendas e granjas. No dia 31 de julho, mais um técnico russo deverá chegar ao Brasil para examinar exclusivamente documentos e relatórios na sede do Mapa.

O objetivo da missão é dar continuidade na avaliação do sistema de inspeção e controle de segurança dos produtos de origem animal exportados para aquele país e reverter o embargo às carnes das três unidades federativas – que iniciou em junho do ano passado –, assim como de frigoríficos dos outros estados incluídos no roteiro. A reunião de encerramento está marcada para o dia 3 de agosto, em Brasília.

Ministros da Agricultura se reúnem no Chile para a XXIII Reunião Ordinária do CAS – Site do MAPA. 25/07/2012

Com o objetivo de discutir os temas agropecuários mais importantes para o Cone Sul e ampliar medidas que beneficiem o continente, os ministros da Agricultura da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai reuniram-se hoje (25/07) em Santiago, Chile. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho representa o governo brasileiro no evento.

O encontro trata-se da *XXIII Reunión Ordinaria del Consejo Agropecuario del Sur* (XXIII Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul) – CAS. O Conselho reúne os ministros do segmento desde 2003 para definir os temas prioritários da agenda agropecuária e florestal regional e articular o desenvolvimento das ações acordadas pelos governos. Além disso, o grupo visa às ações para capacitar a região em temas como pesquisa e desenvolvimento, agronegócios, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

Os secretários de Estado e suas delegações em assuntos agropecuários debatem o modelo de avanço em conjunto dos países-membros do Conselho e como fortalecer a posição do Cone Sul como uma potência agrícola mundial.

O evento serve para aprofundar, entre outros temas, a articulação entre os países para fortalecer a produção e comercialização de alimentos, as relações comerciais com ênfase especial na China, o combate à febre aftosa na região, o Domínio Nacional de Terras Rurais e o fortalecimento da posição regional nas negociações internacionais.

Produção de alimentos domina reunião do CAS. Magali Barbiani – Site do MAPA. 25/07/2012

O segundo e último dia de trabalho do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), em reunião no Chile, nesta quarta-feira, 25 de julho, começou com um café da manhã no jornal El Mercurio. Na ocasião, os ministros presentes foram entrevistados por jornalistas do veículo. Na pauta, questões envolvendo a agricultura, economia e relações comerciais entre os países.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Mendes Ribeiro Filho, fez um alerta em relação à crise na produção de milho que enfrenta os Estados Unidos e das exigências cada vez mais rígidas da União Europeia para a importação de carne. "O combate à febre aftosa continua sendo uma prioridade para os países do CAS. Não podemos tratar questões importantes como essa de forma isolada. Integrar as assessorias técnicas é uma questão de sobrevivência para nós", destacou o ministro durante a entrevista.

O tema que dominou as discussões pela manhã foi a proposta apresentada para a criação de um fundo de cooperação entre China, América Latina e Caribe e o futuro das relações comerciais. Os presentes salientaram a importância do bloco como o novo celeiro mundial para a produção de alimentos. Foi definida ainda a criação de um grupo técnico de trabalho para estudar o assunto que será novamente avaliado em uma próxima reunião.

Logo em seguida, falou Guilherme Marques, presidente do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP) e diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Ele fez um relato sobre as ações do Comitê no combate à aftosa nos países da região e esclareceu sobre os elementos básicos de verificação de qualidade dos serviços veterinários adotados pelo CVP.

Marques relatou ainda as inspeções realizadas nas fronteiras entre Brasil e Bolívia e Argentina, Bolívia e Paraguai. "Estamos caminhando bem para a equalização dos critérios de análises, mas necessitamos de recursos para consolidar essa avaliação permanente", sugeriu. A meta agora é estabelecer um cronograma de visitas aos países do Cone Sul, no próximo ano, para avaliação dos serviços veterinários. O presidente do CVP informou que em agosto está prevista a ida de uma missão de técnicos ao Paraguai para averiguar as iniciativas adotadas no controle da febre aftosa. A expectativa da visita é que o Paraguai reconquiste o status de país livre com vacinação.

A próxima reunião deverá ocorrer no Uruguai, em outubro.

RIMSA 16

Nesta quinta-feira, 26 de julho, pela manhã, Mendes Ribeiro Filho participa da abertura do décimo sexto encontro da Reunião Interamericana em Nível Ministerial sobre Saúde e Agricultura (RIMSA 16), que ocorre também no Chile. O ministro fará palestra magna sobre as oportunidades e desafios da produção de alimentos para a saúde humana.

Ministro volta a defender políticas direcionadas para segurança alimentar. Carlos Mota – Site do MAPA. 26/07/2012

Pesquisa e desenvolvimento tecnológico com enfoque na produção de alimentos são necessários, diz ministro

Durante o 16º encontro da Reunião Interamericana em Nível Ministerial sobre Saúde e Agricultura (RIMSA 16), nesta quinta-feira, 26 de julho, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, destacou a importância do

desenvolvimento de ações políticas voltadas para produção agropecuária com foco na segurança alimentar. O evento acontece no Chile até amanhã, 27 de julho.

O ministro ressaltou a necessidade de melhorar iniciativas quanto à legislação relacionada a segurança do alimento e à saúde pública. “Por meio de instrumentos de regulação é possível acelerar o atendimento aos padrões de qualidade, sanidade dos rebanhos e de produção mais sustentável dentro das cadeias de valor, principalmente para produtores comerciais de menor porte”.

Mendes Ribeiro Filho também defendeu políticas de crédito dirigidas para atividades agropecuárias relevantes para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Ainda de acordo com ele, essas ações devem ser considerar diagnósticos específicos locais e regionais. Também é necessário avaliar mecanismos de implementação e monitoramento de resultados.

“Além de investimentos na infraestrutura regional, são necessários recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico com enfoque na produção de alimentos de qualidade, seguros e baratos, pelo governo e setor privado, lembrando que alguns alimentos de importância no combate à fome podem carecer do interesse do setor privado para investimentos”, explicou.

A importância da região da América Latina e Caribe para a crescente demanda mundial por alimentos e a necessidade de garantir níveis mínimos nutricionais também foi destacada por Mendes. Neste sentido, a manutenção da saúde dos rebanhos e plantéis e adoção de sistemas mais sustentáveis foram ressaltadas como forma de garantir o aumento da produtividade e o combate à desnutrição.

“Elevar a produtividade é a mais promissora estratégia para aumentar a oferta de alimentos. Neste sentido, a extensão rural é possivelmente um dos instrumentos com maior potencial para elevar a produção animal nos países da América Latina e Caribe e reduzir os níveis de pobreza rural e desnutrição a curto e médio prazos”, disse o ministro.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa